

MÉSZÁROS, István. *Atualidade histórica da ofensiva socialista*. São Paulo, Boitempo, 2010.

Felipe Henrique Gonçalves *

Publicado como livro, o importante texto do pensamento marxista do século XXI, *Atualidade histórica da ofensiva socialista*, foi editado originalmente como 18º capítulo do livro *Para além do capital* (*Beyond capital*), publicado no Brasil no ano de 2002 pela editora paulista Boitempo. Acrescido de uma introdução, a obra de István Mészáros compõe uma “resposta” para o tem sido chamado de “crise do marxismo” em um momento de crise estrutural do capitalismo e de reestruturação desse sistema.

O seu autor, István Mészáros, é um filósofo húngaro bem conhecido pela intelectualidade brasileira por tratar de temas como globalização, crise do capital, imperialismo, sociologia do trabalho, movimento socialista e demais assuntos do marxismo contemporâneo. De orientação marxista, foi discípulo do também húngaro Georg Lukács, a quem deve grande parte de sua produção intelectual. É, conjuntamente, estudioso de Hegel, Lenin e Rosa Luxemburgo. Sua produção tem sido constantemente publicada pela já referida Editora Boitempo.

Dividida em três capítulos, a referida obra reivindica uma ofensiva socialista e critica a postura defensiva adotada pelos representantes do marxismo diante da crise do sistema, efetivada através de alianças, revisões e compromissos com instituições que têm perpetuado a lógica societária do capital. Na contramão dessa postura, Mészáros aponta que a atual conjuntura requer o início de uma ofensiva socialista num sentido *histórico*, em sintonia com as condições objetivas.

Por entender que essa desorientação não pode ser considerada meramente ideológica, o marxista húngaro evita explicações simplistas para o caráter defensivo dessa Nova Esquerda e procura o seu princípio histórico. Afirmar que as atuais instituições de luta socialista foram constituídas sob circunstâncias históricas defensivas e, diante da crise do capital – de consequente desmantelamento do estado de bem-estar social e de ataque aos direitos conquistados pela classe trabalhadora –, tais instituições respondem através de uma reação ainda mais defensiva.

Mészáros, no entanto, alerta para a novidade histórica que se evidencia e põe na ordem do dia a ofensiva socialista. Conforme afirma,

É o caráter objetivo das novas condições históricas que por fim decide a questão, não importando quais sejam os atrasos e desvios que possam acompanhar as circunstâncias dadas. A verdade é que existe um limite além do qual acomodações forçadas e imposição de novos sacrifícios se tornam intoleráveis, não apenas subjetivamente para os indivíduos envolvidos, mas também objetivamente para a continuação do funcionamento da estrutura socioeconômica ainda dominante. (Mészáros, 2010, p. 55)

Deste modo, o autor desenha um quadro de circunstância histórica inédita, marcado pelo fim do sistema de melhorias relativas pela acomodação consensual e de início de uma ofensiva socialista. Assim, “somente quando as opções da ordem predominante se esgotarem se poderá esperar uma virada *espontânea* para uma solução radicalmente diferente” (Mészáros, 2010, p. 54).

Apesar dessa constatação, Mészáros lamenta a presente ausência de instrumentos políticos adequados que poderiam transformar essa ofensiva em realidade. Além disso, critica o mito que se criou em torno do partido de tipo leninista, como se esta fosse a instituição da ofensiva estratégica *par excellence*. Para ele, o partido bolchevique se constituiu em uma circunstância histórica específica: sob o olhar de um estado policial czarista e que, por isso, tal partido possuía uma estrutura autodefensiva, fechada e centralizada. Ao tecer essa crítica, defende, para a atual circunstância histórica, a ideia ofensiva de Marx de produzir “consciência comunista em escala de massa”, que se configuraria como uma organização inerentemente aberta.

Ao longo da obra, Mészáros faz um breve balanço histórico dos tempos de Marx e de sua I Internacional para ilustrar que aqueles foram tempos de posturas defensivas da classe trabalhadora e dos movimentos socialistas. Por outro lado, o capital ao século XX passou por diversas crises cíclicas, mas conseguiu encontrar o keynesianismo e o fascismo como opção para a sua recuperação e reconstituição sob bases econômicas mais saudáveis. Hoje não servem mais como uma opção ao capital, colocando, assim, na ordem do dia, a urgência de uma ofensiva socialista.

Apesar de a publicação ser de 2002, o filósofo perpassa parte considerável do texto afirmando que vivemos uma crise estrutural do capital (crise explicitada em 2008) e, ao dizer isso, associa o vínculo intrínseco entre capital e crise. Para Mészáros, a crise que evidenciamos nesse momento se manifesta em quatro aspectos principais: 1) seu *caráter é universal*, ou seja, atinge todos os ramos da produção; 2) seu *alcance é global*; 3) sua *escala de tempo* é extensa,

continua e, se se preferir, *permanente*; e 4) seu *modo* de se desdobrar é *rastejante*, o que não significa dizer que durante essa “administração da crise” não possa haver erupções, colapsos e convulsões mais violentas.

Assim, avalia que, a partir do desmantelamento do mundo soviético, não só se propagandeia o discurso de “fim das ideologias” e “triunfo do capitalismo”, mas também a mistificação ideológica de remédio estrutural e *solução permanente* para as crises. Quando já não é mais possível ocultar as manifestações da crise, os ideólogos do capital, que antes possuíam a solução final, agora atribuem-na a fatores puramente tecnológicos, criando, para isso, novas ideologias como “colapso do trabalho”, “revolução da informação”, entre outras.

De forma simples, mas não menos precisa e rigorosa, Mészáros dedica parte de sua obra caracterizando o que seria uma crise estrutural, relacionando-a aos limites *últimos* do capital. Explica o poder do capital de se reconstruir e neutralizar as “disfunções” quando as crises são apenas parciais e reitera a máxima de Marx sobre papel revolucionário do capital de constantemente superar as suas próprias barreiras.

Segundo Mészáros, tal crise estrutural do capital tem desmantelado o Estado de bem-estar social nas duas últimas décadas, fazendo o que o capital tire das mangas a carta da “política de consenso”. Desse modo, durante a obra o autor realiza uma descrição das inúmeras consequências sociais das crises, assim como produz diversas reflexões acerca do inerente processo contraditório do capital que atualmente se põe.

A crise de 1929-33 torna-se tema constante da obra, como referência para a explicação das crises atuais, e ao fazer isso Mészáros deixa explicitado que o atual momento possui uma complexidade maior e consequências muito mais drásticas para o gênero humano do que no passado.

Ao caracterizar o *New Deal*, o autor explicita várias soluções encontradas pelo capital para solucionar a crise de 1929-33 e, assim, contribui para a compreensão da política econômica adotada pelo estado norte-americano ante a crise de 2008. Dentre as intervenções do *New Deal*, vale destacar a “transferência de indústrias privadas falidas, mas essenciais, para o setor público, e a sua utilização para novamente apoiar, através dos fundos estatais, as operações do capital privado, para serem novamente transformadas em monopólios ou quase-monopólios privados depois de se terem tornado mais uma vez altamente lucrativas pela injeção de fundos volumosos financiados pela tributação geral” (Mészáros, 2010, pp. 89-90).

Ao estabelecer uma relação entre a crise de 1929-33 e a atual, o autor chama a atenção para o fato de a primeira não ter se configurado como uma crise estrutural e reconhece que no atual momento o capital se encontra em uma crise estrutural e com possibilidades reduzidas de superação.

É absolutamente impossível manter os pés nas duas canoas: manter a existência do sistema de produção absurdamente ampliado e “superdesenvolvido” do capital avançado (o qual depende necessariamente da continuação da dominação de “vasto território” de subdesenvolvimento forçado) e, ao mesmo tempo, impelir o “Terceiro Mundo” a um alto nível de desenvolvimento capitalista (que apenas poderia reproduzir as contradições do capital ocidental avançado, multiplicado pelo imenso tamanho da população envolvida). (Mészáros, 2010, p. 97)

É por constatar essas contradições inerentes à nova fase de expansão global do capital que Mészáros é pessimista quanto às possibilidades de sucessos duradouros do capital. Nesse sentido, ele explicita: “O mais provável é, ao contrário, continuarmos afundando cada vez mais na crise estrutural, mesmo que ocorram alguns sucessos conjunturais, como aqueles resultantes de uma relativa ‘reversão positiva’, no devido tempo, de determinantes meramente *cíclicos* da crise atual do capital”.

Na terceira e última parte do trabalho, Mészáros sai em defesa do “pluralismo socialista”, ao afirmar que as divisões e contradições das complexas ramificações internas e internacionais do movimento socialista não seriam abolidas nem por desejo e nem por decreto. Afirmar, ainda, que a proposta de “união das forças socialistas” não traz contribuição alguma para remover os seus problemas, desigualdades e antagonismos. Nesse sentido, retoma o Congresso de Gotha, em que Marx afirma a necessidade de o movimento socialista permanecer fiel aos princípios, mas também desenhar programas de ação viáveis e flexíveis para as várias forças que compartilham os amplos objetivos comuns em luta. Assim, Mészáros assevera que a atual ofensiva socialista só pode ser concebível se estiver fortemente marcada pelo seu caráter pluralista:

A condição elementar para se realizar os princípios de uma transformação socialista (que, afinal de contas, envolve a totalidade dos “produtores associados” no empreendimento comum de mudar “de alto a baixo as condições da sua existência industrial e política e, por conseguinte, toda a sua maneira de ser”) é a produção de uma *consciência de massa* socialista na única forma possível de *ação comum* que se autodesenvolve. E a última, claro, só pode resultar dos componentes verdadeiramente *autônomos* e *coordenados* (não hierarquicamente comandados e manipulados) de um movimento *inerentemente pluralista*. (Mészáros, 2010, pp. 102-3)

Por isso, a questão da pluralidade no interior do movimento socialista deve estar presente no processo da luta e também após a conquista do poder político, estando presente, portanto, na revolução política e, posteriormente, no processo de revolução social.

Na obra, a caracterização do pluralismo socialista é feita junto com a denúncia do falso pluralismo da ordem

* Mestrando em História (PUC-SP).

social do capital, demonstrando que o estado capitalista é o fiador institucional da unidade burguesa, fornecendo legitimidade política e jurídica para a concentração do capital em direção ao monopólio. Assim, Mészáros perpassa a obra denunciando as mistificações político-ideológicas do capital em suas simulações de pluralismo: “Não só – nem mesmo primariamente – por causa de sua *tendência* para o monopólio, mas em razão da *pressuposição absoluta* do monopólio já no seu *início*, isto é, o monopólio da propriedade privada por poucos e a exclusão *a priori* da vasta maioria como pré-requisito prévio do controle social do capital” (Mészáros, 2010, p. 106).

Assim, alerta que o significado de “pluralismo” do capital nunca foi mais que o simples reconhecimento da *pluralidade de capitais*, marcada *tendencialmente* para o monopólio. Ao realizar tal afirmação, o autor quer afiançar a impossibilidade de haver afinidade entre pluralismo socialista e pseudopluralismo capitalista, tendência tão presente nós últimos decênios na chamada *Nova Esquerda*.

Com isso, Mészáros rechaça as últimas tendências conciliatórias com a órbita do capital para firmar as posições da nova ofensiva socialista:

Assim como o capital é estruturalmente incapaz de pluralismo, o empreendimento socialista é *estruturalmente irrealizável* sem uma articulação plena com os múltiplos projetos autônomos, e, por isso, irreprensivelmente pluralistas da *revolução social* em andamento /.../. A condição elementar para o sucesso do projeto socialista é o pluralismo inerente a ele, e que parte do reconhecimento das diferenças e de desigualdades existentes, mas não para preservá-las, mas para superá-las da única forma viável: assegurando o envolvimento ativo de todos os interessados. (Mészáros, 2010, p. 109)

Como parte do projeto da ofensiva socialista, Mészáros reconhece a necessidade de se possuírem objetivos intermediários em momentos de contrafluxo da classe trabalhadora:

A recusa socialista à falta de alternativa deve ser positivamente articulada com objetivos intermediários, cuja realização possa promover avanços estratégicos no sistema a ser substituído, mesmo que apenas parciais num primeiro momento. O que decide o destino de várias forças socialistas na sua confrontação com o capital é o grau de sua capacidade de fazer mudanças tangíveis na vida cotidiana. (Mészáros, 2010, pp. 112-3)

Desse modo, Mészáros chama a atenção para que os socialistas incorporem reivindicações imediatas, consideradas singulares, com as demandas socialistas *conjuntas*:

O significado do pluralismo socialista – engajamento ativo em ação comum que não compromete, mas, ao contrário, constantemente renova os princípios socialistas que inspiram as questões globais – emerge precisamente da capacidade das forças participantes de *combinar*, num todo coerente com implicações socialistas *em última análise* inevitáveis, uma grande variedade de demandas e estratégias parciais que, em si e por si, não precisam ter absolutamente nada de *especificamente socialista*. (Mészáros, 2010, p. 113)

Por isso, entre as condições para a *ofensiva socialista* no sentido de sua *revolução social* seria: 1) passar da atual *fragmentação* das forças sociais à sua coesão no empreendimento criativo dos *produtores associados*; 2) viabilizar a *autonomia* e *descentralização* dos poderes de decisão e 3) abolir o *segredo* de governo, instituindo uma nova forma de *autogoverno aberto* pelas pessoas interessadas.

Assim, a obra de Mészáros aparece ressaltando a importância da luta política, ao mesmo tempo em que pretende realizar uma crítica radical ao estado no sentido da emancipação do trabalho. A crítica ao parlamento perpassa grande parte da obra, utilizando-se de exemplos históricos como a social-democracia alemã, o Partido Comunista Italiano, o novo trabalhismo britânico e até mesmo os legados teóricos de Rousseau e Marx. Os discursos do atual presidente venezuelano, Hugo Chávez, então líder do Movimento Bolivariano Revolucionário (MR-200) em 1993, servem para endossar as denúncias de Mészáros contra o parlamento, segundo o qual “o poder soberano deve se transformar em objeto e sujeito do poder”. Nesse sentido, o autor conclui:

Não obstante, a medida da validade da crítica radical ao sistema de representação parlamentar é o empreendimento estratégico de exercitar a “soberania do trabalho” não apenas em assembleias políticas – não importa quão diretas elas possam ser em relação à sua organização e a seu modo de tomada de decisão –, mas na atividade de vida produtiva e distributiva autodeterminada dos indivíduos sociais em todo domínio singular e em todos os níveis do processo sociometabólico /.../. Sem a transferência progressiva e total da tomada de decisões reprodutivas e distributivas materiais aos produtores associados, não pode haver esperança para os membros da comunidade pós-revolucionária de se transformarem em sujeitos do poder. (Mészáros, 2010, p. 140)

A crítica radical ao estado aparece de forma explicitada quando Mészáros afirma a impossibilidade de a perspectiva do *trabalho* ser representada no parlamento, colocando em xeque o reformismo que predominou durante o século XX. Assim, o filósofo húngaro assevera:

A grande diferença é que o capital como um todo não é representado porque *não precisa de representação*, visto que já *está no controle completo do processo sociometabólico*, incluindo o controle efetivo – extraparlamentar – de sua própria

estrutura de comando político, o estado. Por outro lado, o trabalho, *em princípio*, não pode ser representado porque suas formas possíveis de “representação” – mesmo que se pudesse organizá-las na esfera política com base na “igualdade” e na “justiça”, o que é impossível em vista das relações materiais e ideológicas de poder – teriam de ser estéreis, pois não podem alterar as determinações estruturais extraparlamentares do modo muitíssimo arraigado de reprodução sociometabólica do capital. (Mészáros, 2010, p. 155)

O “socialismo realmente existente”, caracterizado pelo filósofo como “sociedades pós-capitalistas”, também é tema presente nessa obra. Mészáros observa que nessas sociabilidades o processo revolucionário não superou o capital, ao contrário, centralizou-o no poder do estado. Portanto, nesse processo, o sistema sociometabólico não estava sob controle das forças do *trabalho*, mas sim pelo autoritarismo voluntarista das novas personificações “visíveis” do capital “pós-capitalista”. Desse modo, o que se obteve foi uma hostilidade dos sujeitos castigados do trabalho contra a ordem pós-revolucionária, em vez de um *controle democrático substantivo* das forças produtivas pelo *trabalho*.

Para a superação do capital, Mészáros põe em evidência a necessidade do controle social através de uma democracia substantiva, definida como atividade autodeterminada dos produtores livres e associados.

Em tempos de alternativas cômodas no interior da égide do capital, de uma esquerda que tem colocado como horizonte humano a domesticação do capital associada à perfectibilização do estado, a obra de Mészáros se põe como um suspiro de uma fria lucidez de resgate à perspectiva do trabalho no sentido da emancipação humana em contraposição ao canto das sercias do reformismo.